

Boletim

2023

17 de abril de
2023

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

Resultado de 2022 (Anual e Trimestral)

Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Gabriel Muricca Galípolo

Secretaria do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

David Rebelo Athayde

Coordenador Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador de Suporte às Estatísticas Fiscais

Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica

Guilherme Ceccato

Karla de Lima Rocha

Luciana de Almeida Toldo

Vitor Henrique Barbosa Fabel

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional**Arte**

Hugo Pullen

Informações

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Última alteração: 17 de abril de 2023.

Sumário

1. Resultado no Ano de 2022	5
1.1. Receita do Governo Geral.....	9
1.2. Despesa do Governo Geral	12
2. Resultado do 4º Trimestre de 2022	17
2.1. Receita do Governo Geral.....	21
2.2. Despesa do Governo Geral	23
3. Notas Metodológicas	27

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Resultado acumulado no ano - 2022	6
Tabela 2 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Resultado acumulado no ano - 2021/2022	7
Tabela 3 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Resultado acumulado no ano - 2022	8
Tabela 4 - Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Resultado acumulado no ano - 2022	9
Tabela 5 - Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 2021/2022	10
Tabela 6 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Resultado acumulado no ano de 2022	12
Tabela 7 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 2021/2022	13
Tabela 8 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - 4º Trimestre de 2022	18
Tabela 9 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - 2021/2022	18
Tabela 10 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - 4º Trimestre de 2022	19
Tabela 11 - Demonstrativo da receita do Governo Geral - 4º Trimestre de 2022	21
Tabela 12 - Demonstrativo da receita do Governo Geral - 2021/2022	21
Tabela 13 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral - 4º Trimestre de 2022	23
Tabela 14 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral - 2021/2022	23
Gráfico 1 - Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo - 2010/2022	7
Gráfico 2 - Receita e despesa do Governo Geral - 2010/2022	8
Gráfico 3 - Evolução da receita por esfera de governo - 2010/2022	9
Gráfico 4 - Composição da receita do Governo Geral - 2010/2022	10
Gráfico 5 - Composição da receita de impostos do Governo Geral - 2010/2022	11
Gráfico 6 - Composição da receita por esfera de governo - 2022	11
Gráfico 7 - Evolução da despesa por esfera de governo - 2010/2022	12
Gráfico 8 - Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - 2010/2022	13
Gráfico 9 - Composição do gasto do Governo Geral - 2010/2022	14
Gráfico 10 - Composição da despesa por esfera de governo - 2022	14
Gráfico 11 - Evolução do investimento líquido, consumo de capital fixo e investimento bruto do Governo Geral - 2010/2022	15
Gráfico 12 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2010/2022	15
Gráfico 13 - Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF) do Governo Geral - 2022	16
Gráfico 14 - Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - 2021/2022	19
Gráfico 15 - Receita e despesa do Governo Geral - 2021/2022	20
Gráfico 16 - Evolução da receita por esfera de governo - 2021/2022	22
Gráfico 17 - Composição da receita do Governo Geral - 2021/2022	22
Gráfico 18 - Evolução das despesas por esfera de governo - 2021/2022	24
Gráfico 19 - Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - 2021/2022	24
Gráfico 20 - Composição do gasto do Governo Geral - 2021/2022	25
Gráfico 21 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2021/2022	25
Gráfico 22 - Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF) do Governo Geral - 2022.IV	26

1. Resultado no Ano de 2022

O Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral¹ apresenta estatísticas das três esferas de governo – Governo Central, Estados e Municípios – consolidadas no setor Governo Geral, apuradas pelo regime de competência². A publicação faz parte do esforço do Tesouro Nacional de convergência às melhores práticas internacionais de transparência fiscal atendendo às recomendações do G-20³ acerca da disseminação de dados fiscais.

Em 2022, a necessidade líquida de financiamento do Governo Geral alcançou 3,1% do PIB, ante 2,3% do PIB registrado no ano anterior. Essa variação é explicada pelo aumento nominal de 19,6% da despesa em relação ao ano anterior ante um aumento de 17,7% da receita no mesmo período.

Em porcentagem do PIB, o total da receita do Governo Geral passou de 40,9% em 2021 para 43,3% em 2022. Esse aumento de 2,3 p.p. do PIB reflete uma elevação na receita de impostos (+0,44 p.p. do PIB) e, principalmente, nas receitas patrimoniais, que inclui juros (+0,58 p.p. do PIB), concessões (+0,42 p.p. do PIB) e dividendos (+0,39 p.p. do PIB).

A despesa total Governo Geral também registrou aumento em termos de porcentagem do PIB, ao passar de 43,2% do PIB no ano anterior para 46,4% do PIB em 2022. Os gastos passaram de 43,5% do PIB em 2021 para 46,0% do PIB em 2022. Ressalte-se o crescimento de 1,3 p.p. do PIB da despesa com juros, influenciada pela elevação da taxa básica de juros - SELIC. Já o investimento líquido partiu de um valor negativo de 0,3% do PIB para um valor positivo de 0,4% do PIB. O ano de 2022 marcou a primeira vez que o investimento líquido do governo geral registrou um valor positivo desde 2015, resultado explicado pelos investimentos realizados pelos governos estaduais e municipais em projetos de infraestrutura, por exemplo, conservação e manutenção da malha viária, ampliação de frota e estruturação das edificações públicas.

Destaca-se que em agosto de 2022 foi realizado o acordo relativo ao “Campo de Marte” entre o Governo Central e o Município de São Paulo (CF 1988, ADCT, art. 107-A, §6º). Pelo acordo, a União reconheceu um crédito em favor do Município de São Paulo no valor de R\$ 23,9 bilhões a título de indenização decorrente

¹ Os resultados das Estatísticas Fiscais Trimestrais apresentados neste Boletim não substituem outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais do Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

² A receita é apurada pelo regime de caixa. A despesa é apurada pelo regime de competência que corresponde ao conceito de despesa liquidada incluída a liquidação de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

³ <https://www.imf.org/en/News/Seminars/Conferences/g20-data-gaps-initiative>

da ocupação da área do Campo de Marte. O Município de São Paulo, com esse reconhecimento, obteve compensação de crédito em igual valor na dívida do Município com o Governo Central.

De acordo com o Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 (GFSM 2014), o valor reconhecido pelo Governo Central em favor do Município de São Paulo, por ser de natureza indenizatória, implicou o registro do gasto como “Outros gastos diversos correntes” (código 2821).

Pelo lado do Município de São Paulo, a operação resulta em um registro de receita no momento do pagamento por parte do Governo Central e em uma redução do passivo financeiro relacionada ao pagamento da dívida com o Governo Central, havendo assim um impacto positivo na capacidade de financiamento do município. Dessa forma, no Município de São Paulo, o registro da receita foi realizado em “Outras transferências correntes” (código 1441), de forma a manter simetria com o tratamento dado ao Governo Central. Com isso, apesar do impacto no resultado do Governo Central e dos Governos Municipais, não há impacto sobre o resultado do Governo Geral em virtude do processo de consolidação onde as transações cruzadas entre entes devem ser eliminadas de modo a excluir a duplicidade de valores.

Tabela 1 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Resultado acumulado no ano - 2022
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	2.823.200	199.599	-38.076	2.984.723	1.328.763	1.076.306	-1.100.094	4.289.697
<i>d/q 1411. Juros</i>	<i>298.168</i>	<i>41.043</i>	<i>-38.076</i>	<i>301.134</i>	<i>20.251</i>	<i>34.543</i>	<i>-77.281</i>	<i>278.646</i>
2M. Despesa (2+31)	3.246.398	155.389	-38.076	3.363.711	1.367.955	968.860	-1.100.094	4.600.431
2. Gasto	3.273.121	155.389	-38.076	3.390.433	1.330.228	941.843	-1.100.094	4.562.409
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>46.812</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>46.812</i>	<i>55.512</i>	<i>53.820</i>	<i>0</i>	<i>156.144</i>
<i>d/q 24. Juros</i>	<i>784.584</i>	<i>26.563</i>	<i>-38.076</i>	<i>773.071</i>	<i>94.391</i>	<i>9.699</i>	<i>-77.281</i>	<i>799.879</i>
31. Investimento líquido	-26.722	0	0	-26.722	37.727	27.017	0	38.022
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-423.198	44.210	0	-378.988	-39.192	107.446	0	-310.734
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	63.218	29.731	0	92.949	34.948	82.602	0	210.499
Itens de memorando:								
<i>1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)</i>	<i>23.722</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>23.722</i>	<i>92.965</i>	<i>79.691</i>	<i>0</i>	<i>196.379</i>
<i>2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)</i>	<i>-403.109</i>	<i>44.210</i>	<i>0</i>	<i>-358.899</i>	<i>54.047</i>	<i>188.283</i>	<i>0</i>	<i>-116.568</i>
<i>3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)</i>	<i>-449.920</i>	<i>44.210</i>	<i>0</i>	<i>-405.710</i>	<i>-1.465</i>	<i>134.463</i>	<i>0</i>	<i>-272.712</i>

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 2 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Resultado acumulado no ano - 2021/2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2021	2022	Diferença	Var. %
1. Receita	3.643.726	4.289.697	645.971	17,73%
d/q 1411. Juros	198.783	278.646	79.863	40,18%
2M. Despesa (2+31)	3.845.189	4.600.431	755.242	19,64%
2. Gasto	3.874.740	4.562.409	687.669	17,75%
d/q 23. Consumo de capital fixo	141.869	156.144	14.275	10,06%
d/q 24. Juros	601.983	799.879	197.896	32,87%
31. Investimento líquido	-29.551	38.022	67.573	-
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-201.463	-310.734	-109.271	54,24%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	201.736	210.499	8.762	4,34%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27

Gráfico 1 - Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo - 2010/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

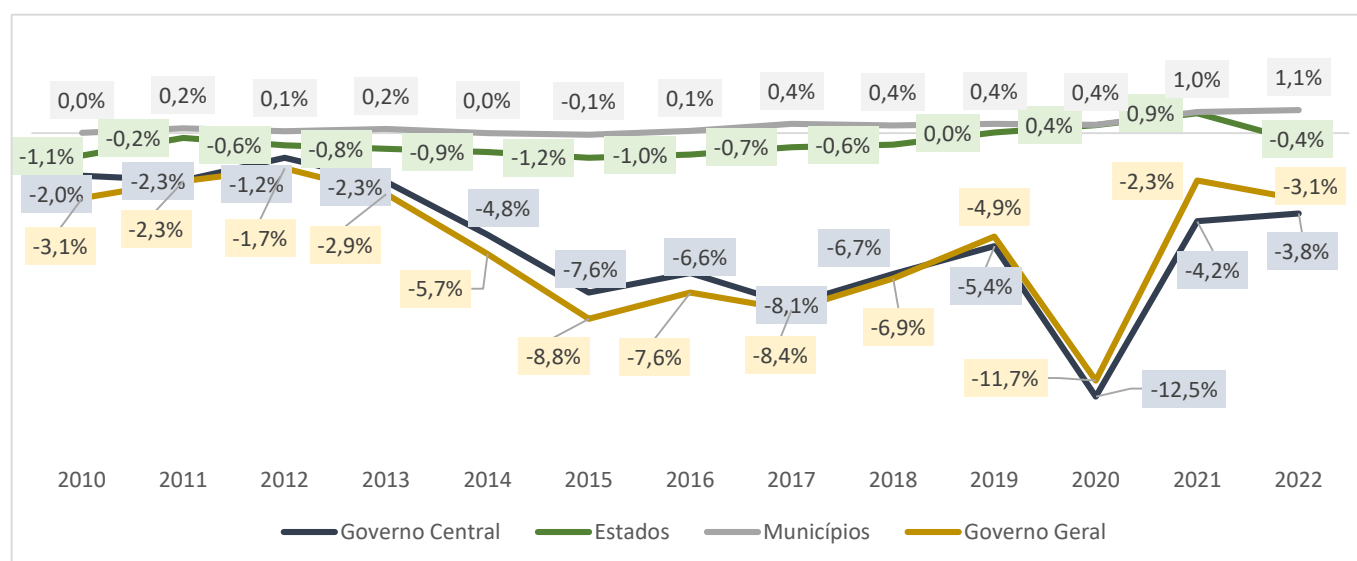


Gráfico 2 - Receita e despesa do Governo Geral - 2010/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

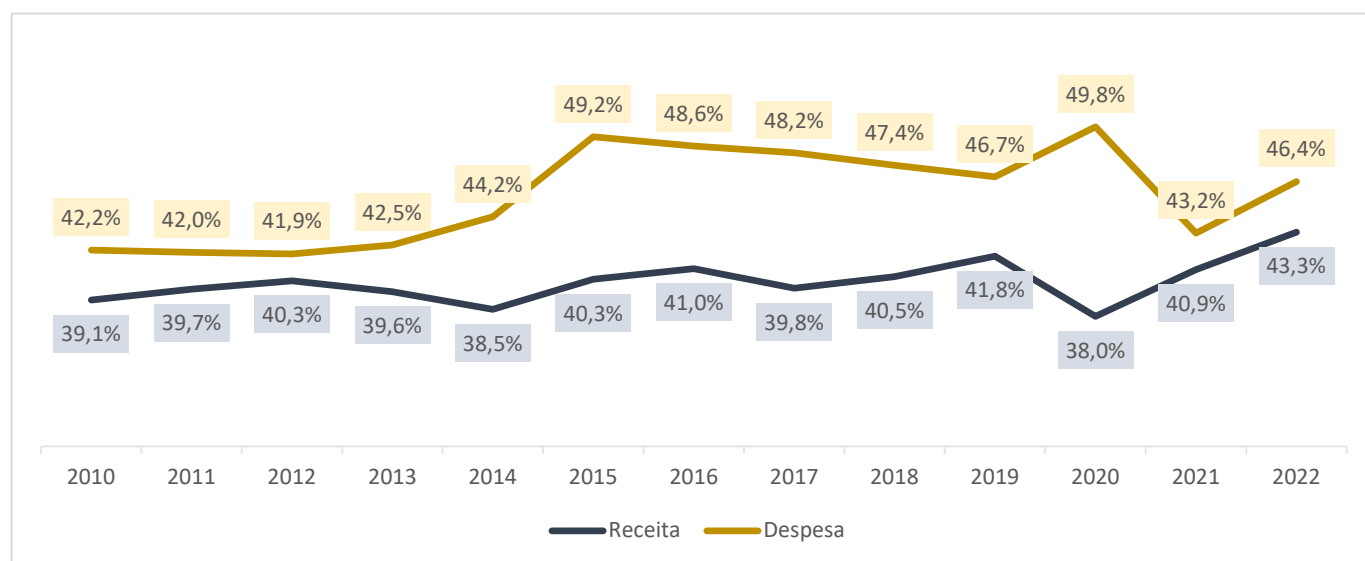


Tabela 3 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Resultado acumulado no ano - 2022

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	28,5%	2,0%	-0,4%	30,1%	13,4%	10,9%	-11,1%	43,3%
d/q 1411. Juros	3,0%	0,4%	-0,4%	3,0%	0,2%	0,3%	-0,8%	2,8%
2M. Despesa (2+31)	32,7%	1,6%	-0,4%	33,9%	13,8%	9,8%	-11,1%	46,4%
2. Gasto	33,0%	1,6%	-0,4%	34,2%	13,4%	9,5%	-11,1%	46,0%
d/q 23. Consumo de capital fixo	0,5%	0,0%	0,0%	0,5%	0,6%	0,5%	0,0%	1,6%
d/q 24. Juros	7,9%	0,3%	-0,4%	7,8%	1,0%	0,1%	-0,8%	8,1%
31. Investimento líquido	-0,3%	0,0%	0,0%	-0,3%	0,4%	0,3%	0,0%	0,4%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-4,3%	0,4%	0,0%	-3,8%	-0,4%	1,1%	0,0%	-3,1%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	0,6%	0,3%	0,0%	0,9%	0,4%	0,8%	0,0%	2,1%
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	0,2%	0,0%	0,0%	0,2%	0,9%	0,8%	0,0%	2,0%
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-4,1%	0,4%	0,0%	-3,6%	0,5%	1,9%	0,0%	-1,2%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-4,5%	0,4%	0,0%	-4,1%	0,0%	1,4%	0,0%	-2,8%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

1.1. Receita do Governo Geral

Tabela 4 - Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Resultado acumulado no ano - 2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	2.823.200	199.599	-38.076	2.984.723	1.328.763	1.076.306	-1.100.094	4.289.697
11. Impostos	1.485.532	0	0	1.485.532	801.043	210.008	0	2.496.583
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	910.263	0	0	910.263	0	0	0	910.263
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	29.788	0	0	29.788	0	0	0	29.788
113. Impostos sobre a propriedade	2.614	0	0	2.614	78.542	84.218	0	165.374
114. Impostos sobre bens e serviços	483.832	0	0	483.832	722.502	125.789	0	1.332.124
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	59.034	0	0	59.034	0	0	0	59.034
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	695.370	156.359	0	851.729	115.020	51.760	0	1.018.508
13. Transferências / Doações	951	0	0	951	301.012	696.965	-998.901	27
14. Outras receitas	641.347	43.240	-38.076	646.511	111.688	117.574	-101.193	774.580
1411. Juros	298.168	41.043	-38.076	301.134	20.251	34.543	-77.281	278.646
14x. Demais	343.179	2.198	0	345.377	91.438	83.031	-23.912	495.933

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 3 - Evolução da receita por esfera de governo - 2010/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

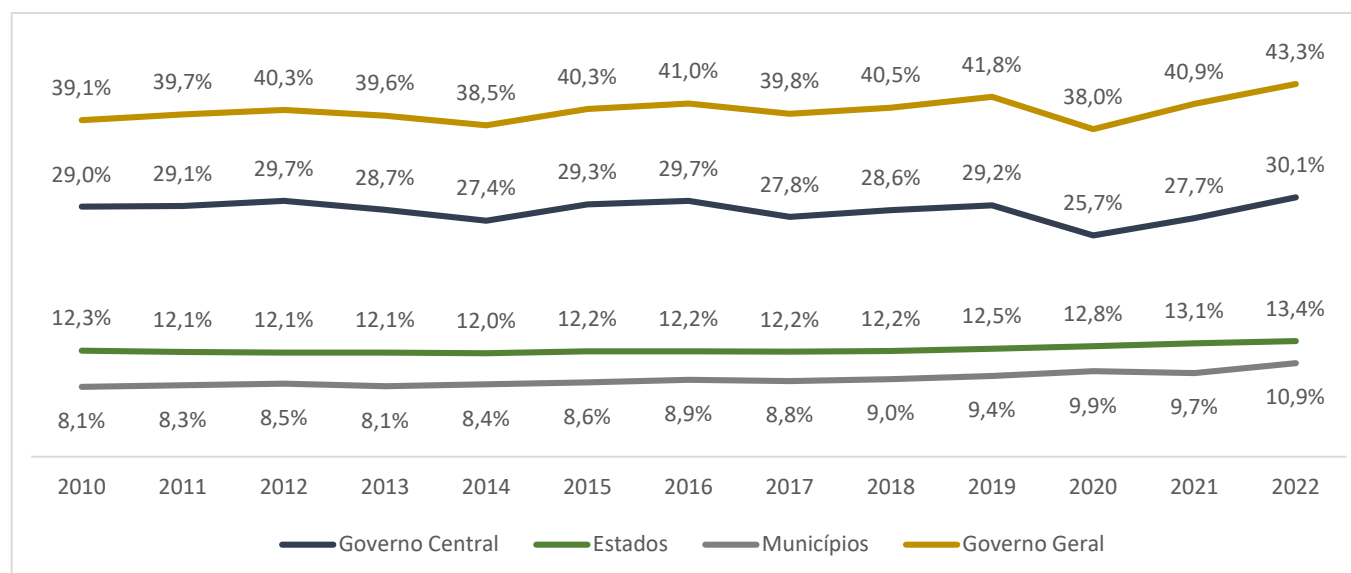


Tabela 5 - Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 2021/2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2021	2022	Diferença	Var. %
1. Receita	3.643.726	4.289.697	645.971	17,73%
11. Impostos	2.201.082	2.496.583	295.501	13,43%
12. Contribuições sociais	894.513	1.018.508	123.995	13,86%
13. Transferências / Doações	15	27	12	78,84%
14. Outras receitas	548.116	774.580	226.464	41,32%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

Gráfico 4 - Composição da receita do Governo Geral - 2010/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

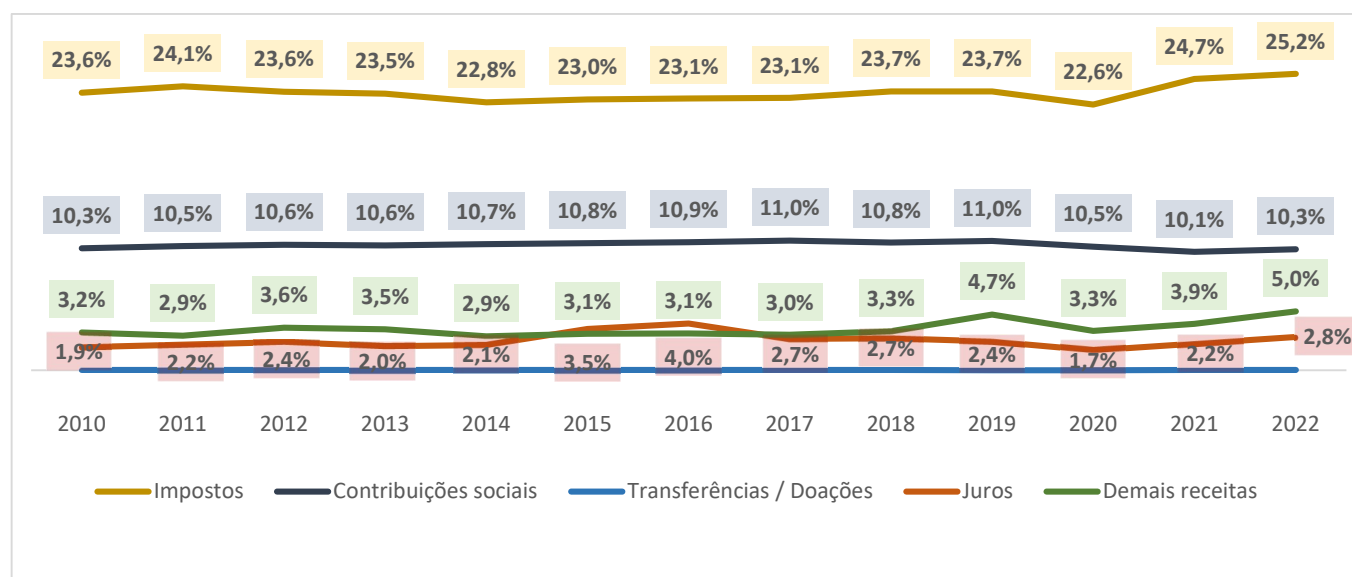


Gráfico 5 - Composição da receita de impostos do Governo Geral - 2010/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

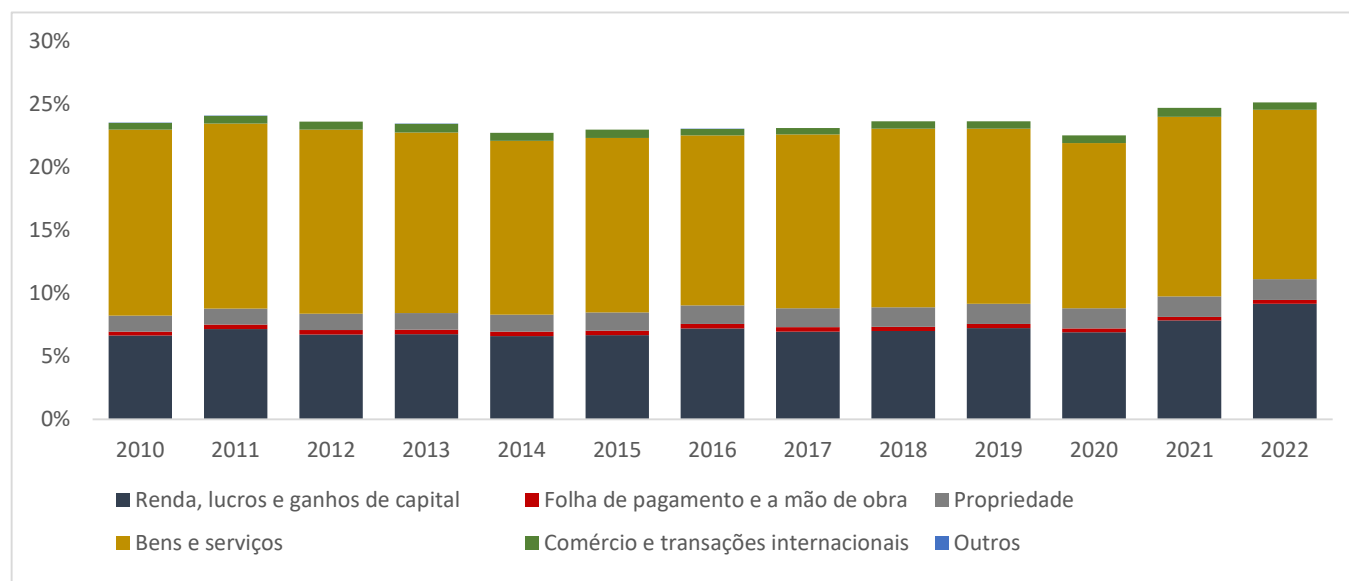
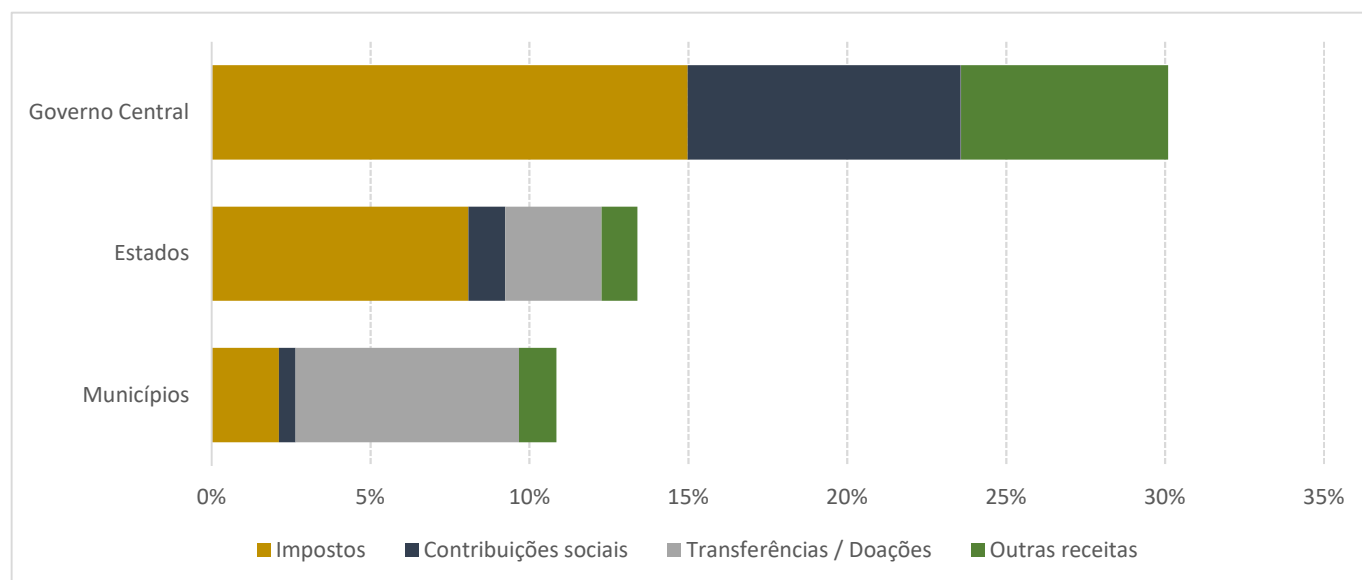


Gráfico 6 - Composição da receita por esfera de governo - 2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



1.2. Despesa do Governo Geral

Tabela 6 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Resultado acumulado no ano de 2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2M. Despesa (2+31)	3.246.398	155.389	-38.076	3.363.711	1.367.955	968.860	-1.100.094	4.600.431
2. Gasto	3.273.121	155.389	-38.076	3.390.433	1.330.228	941.843	-1.100.094	4.562.409
21. Remuneração de empregados	320.352	0	0	320.352	433.398	419.655	0	1.173.404
22. Uso de bens e serviços	67.999	2.557	0	70.556	179.956	289.629	0	540.140
23. Consumo de capital fixo	46.812	0	0	46.812	55.512	53.820	0	156.144
24. Juros	784.584	26.563	-38.076	773.071	94.391	9.699	-77.281	799.879
25. Subsídios	17.670	0	0	17.670	2.061	2.281	0	22.012
26. Transferências / Doações	743.217	0	0	743.217	253.654	4.409	-998.901	2.379
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	1.221.405	126.268	0	1.347.673	237.846	78.083	0	1.663.603
28. Outros gastos	71.082	0	0	71.082	73.410	84.266	-23.912	204.847
31. Investimento líquido	-26.722	0	0	-26.722	37.727	27.017	0	38.022
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	25.464	0	0	25.464	93.647	80.837	0	199.948
31.2. Venda de ativos não financeiros	5.375	0	0	5.375	408	1.065	0	6.847
31.3. Consumo de capital fixo	46.812	0	0	46.812	55.512	53.820	0	156.144

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 7 - Evolução da despesa por esfera de governo - 2010/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

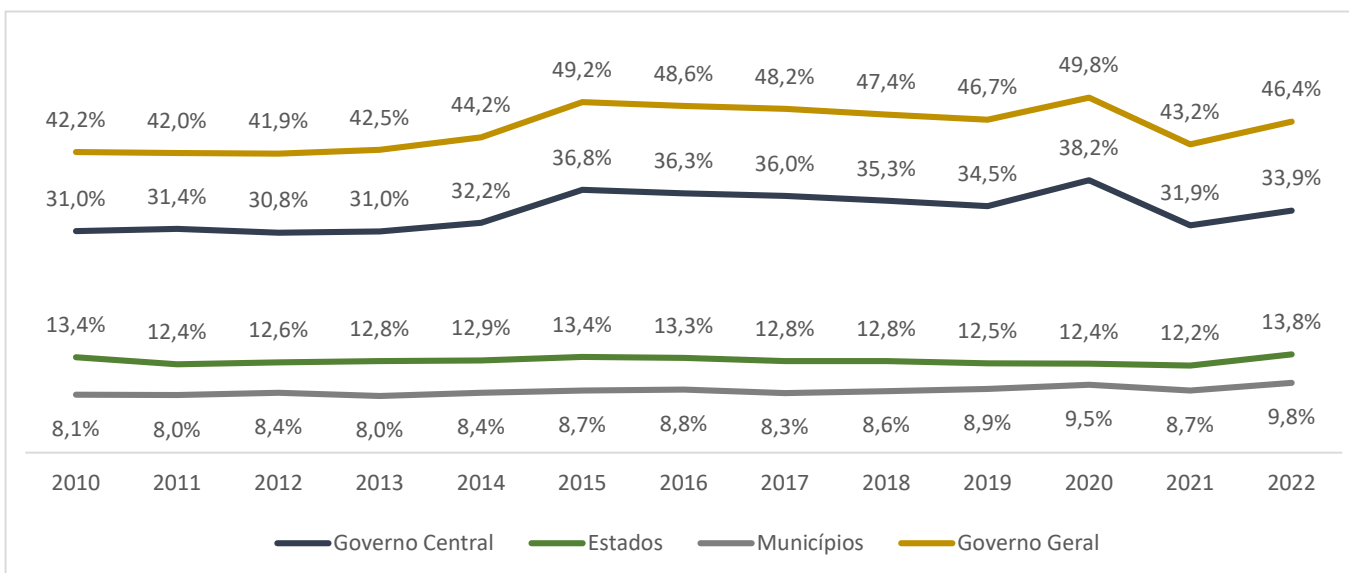


Tabela 7 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 2021/2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2021	2022	Diferença	Variação %
2M. Despesa (2+31)	3.845.189	4.600.431	755.242	19,64%
2. Gasto	3.874.740	4.562.409	687.669	17,75%
21. Remuneração de empregados	1.033.553	1.173.404	139.852	13,53%
22. Uso de bens e serviços	445.723	540.140	94.417	21,18%
23. Consumo de capital fixo	141.869	156.144	14.275	10,06%
24. Juros	601.983	799.879	197.896	32,87%
25. Subsídios	14.546	22.012	7.466	51,33%
26. Transferências / Doações	5.198	2.379	-2.818	-54,22%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	1.467.719	1.663.603	195.884	13,35%
28. Outros gastos	164.150	204.847	40.697	24,79%
31. Investimento líquido	-29.551	38.022	67.573	-
Aquisição de ativos não financeiros	122.399	199.948	77.549	63,36%
Venda de ativos não financeiros	10.081	6.847	-3.234	-32,08%
Consumo de capital fixo	141.869	156.144	14.275	10,06%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

Gráfico 8 - Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - 2010/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

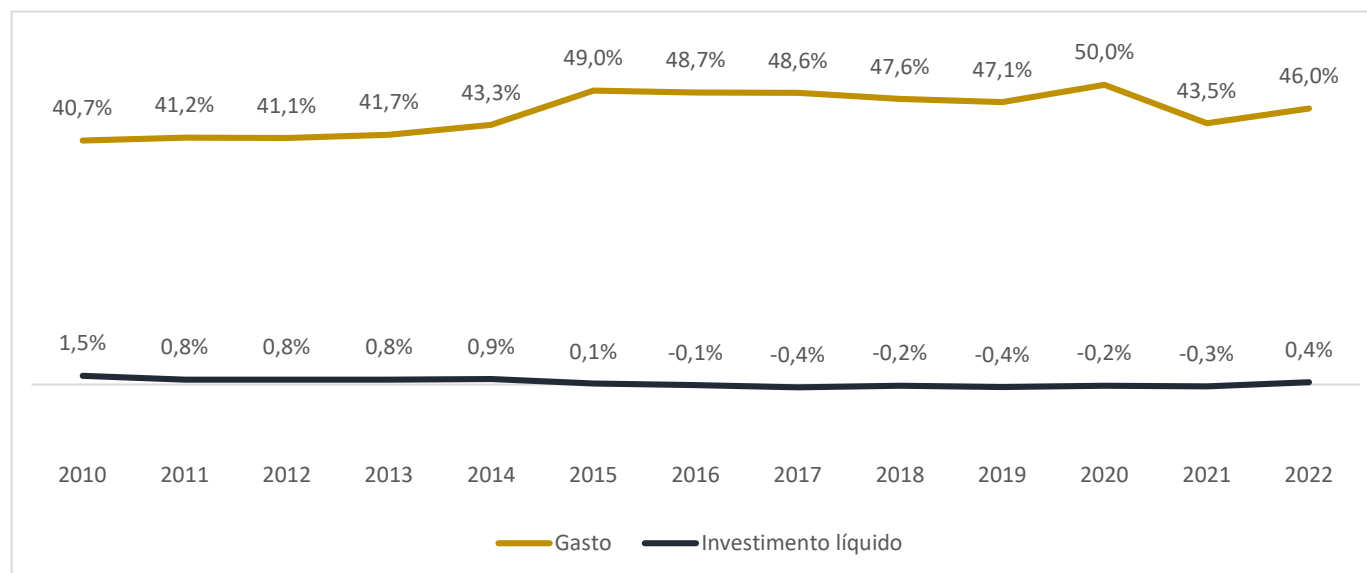


Gráfico 9 - Composição do gasto do Governo Geral - 2010/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

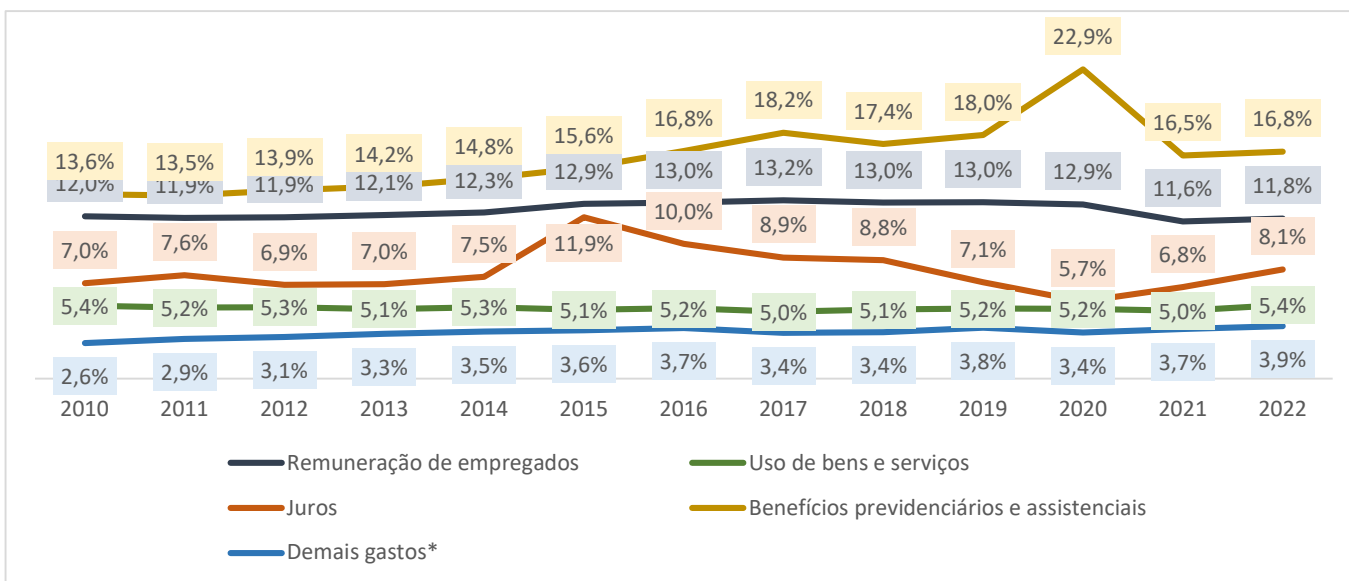
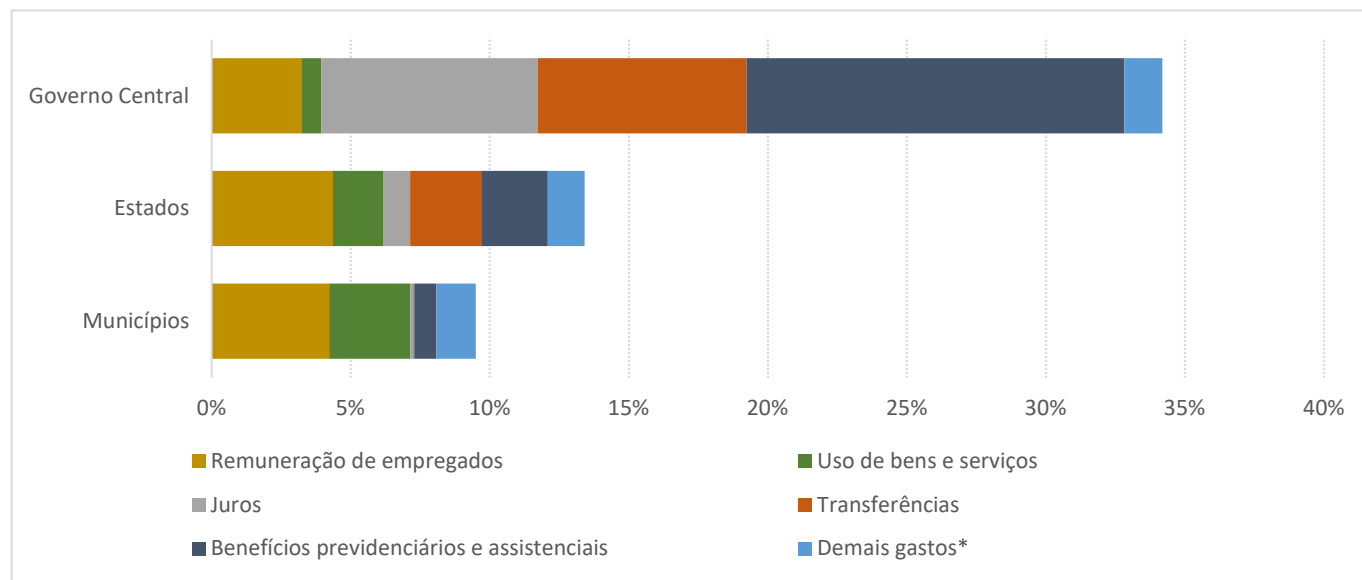


Gráfico 10 - Composição da despesa por esfera de governo - 2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



* Inclui os gastos de subsídios, consumo de capital fixo e outros gastos.

Gráfico 11 - Evolução do investimento líquido, consumo de capital fixo e investimento bruto do Governo Geral - 2010/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

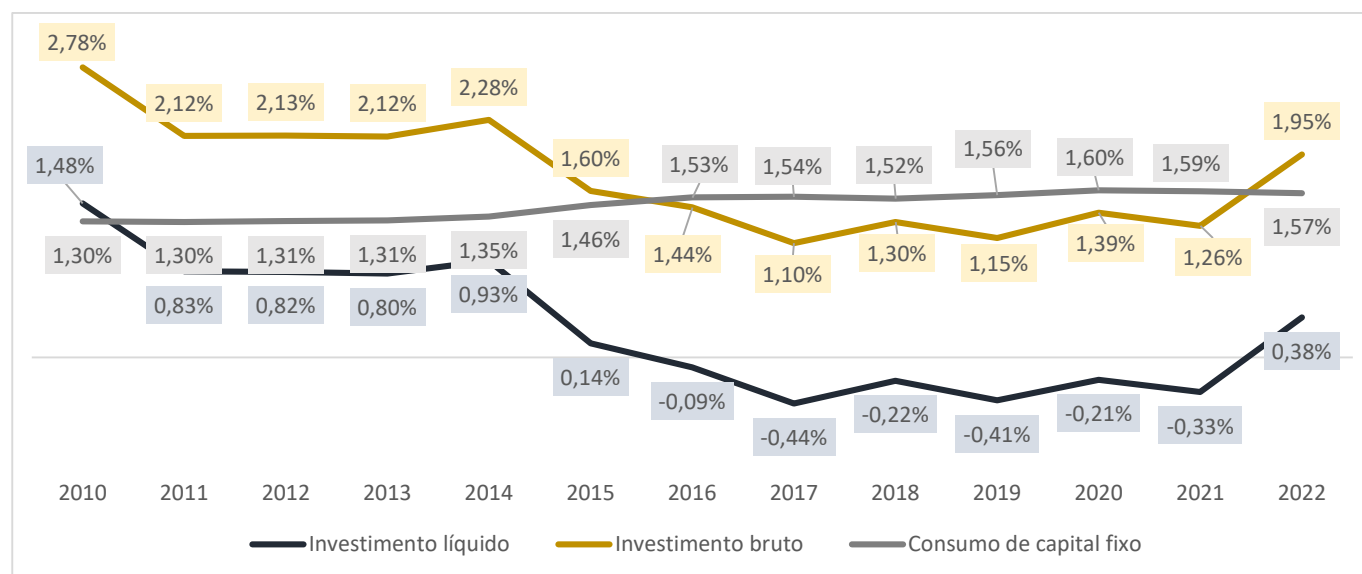


Gráfico 12 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2010/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

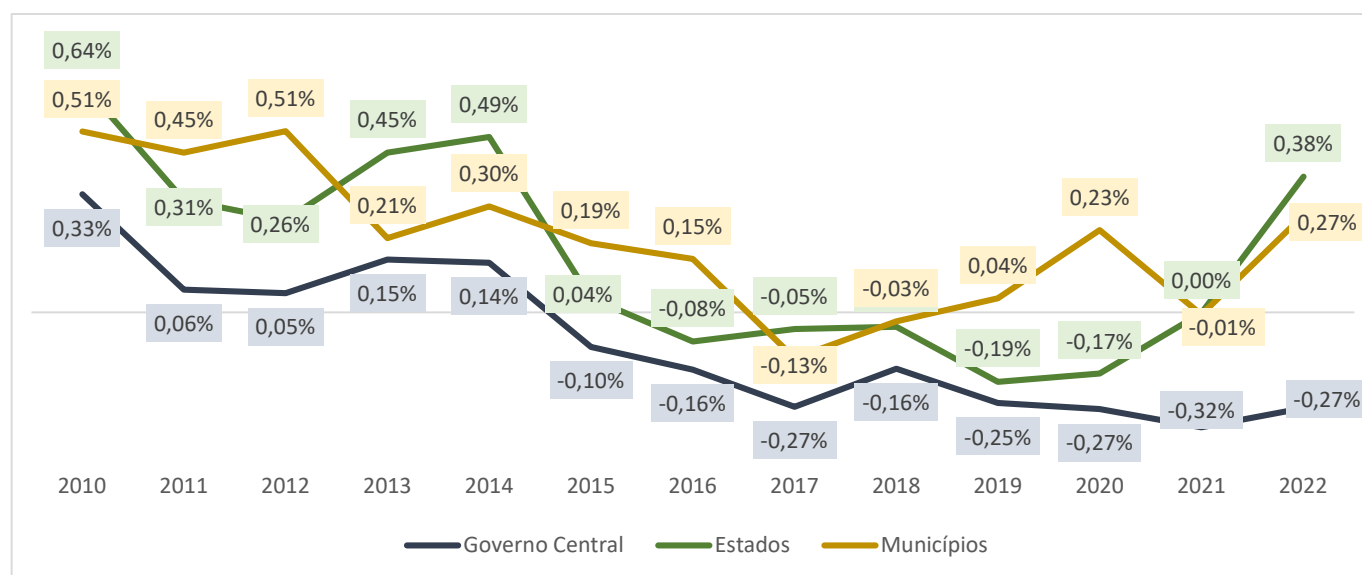
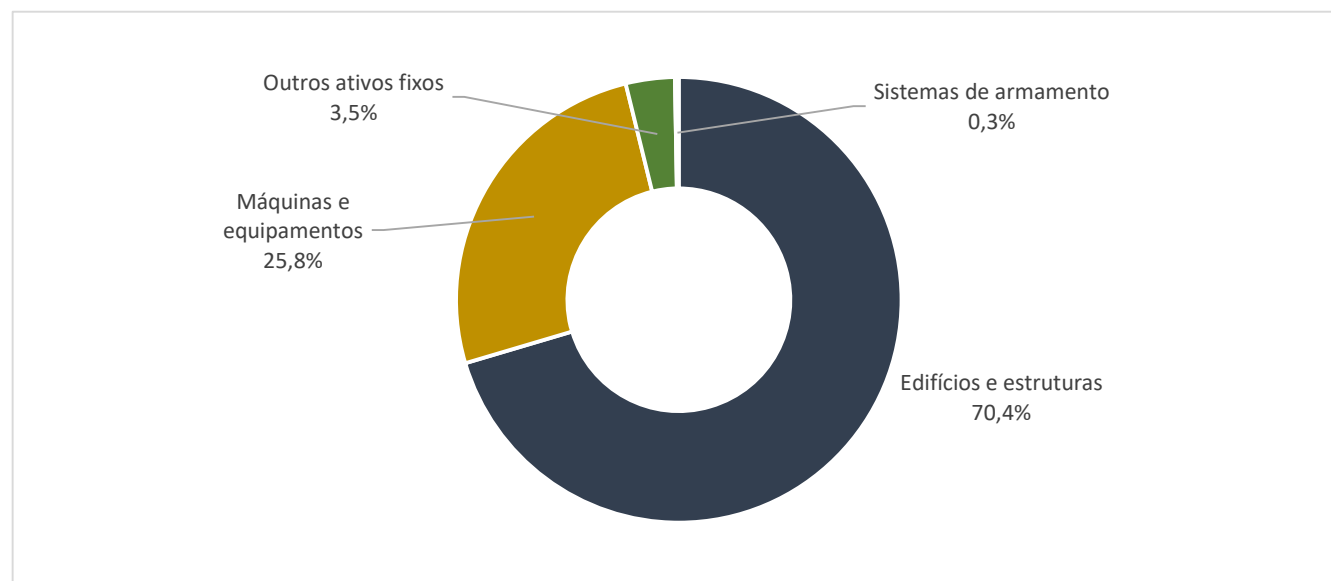


Gráfico 13 - Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF¹) do Governo Geral - 2022

Dados em: % Total

Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo

2. Resultado do 4º Trimestre de 2022

No 4º trimestre de 2022, a necessidade líquida de financiamento do Governo Geral alcançou 6,1% do PIB, ante 3,5% do PIB no mesmo período do ano anterior. Esse resultado se deve ao aumento nominal de 14,2% da despesa do Governo Geral em relação ao mesmo período de 2021, parcialmente compensado pelo crescimento de 7,9% da receita.

Em termos de porcentagem do PIB, a receita diminuiu 1,6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 44,4% para 42,8% do PIB no 4º trimestre de 2022. Destaque para arrecadação de impostos, que passou de 26,0% do PIB para 24,3% do PIB, com queda mais significativa nos impostos sobre bens e serviços (-2,4 p.p. do PIB), influenciada pela redução da tributação federal e estadual sobre combustíveis.

A despesa total do Governo Geral totalizou 48,9% do PIB no 4º trimestre de 2022, o que representa um aumento de 1,0 p.p. do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior, quando alcançou 47,9% do PIB. Os gastos passaram de 47,5% do PIB no quarto trimestre de 2021 para 47,8% do PIB no mesmo trimestre de 2022 enquanto o investimento líquido passou de 0,4% do PIB para 1,0% do PIB no mesmo período.

No que se refere aos gastos, destaque para os benefícios previdenciários e assistenciais, que apresentaram elevação de 0,8 p.p. do PIB. As outras contas permaneceram estáveis ou tiveram pequeno decréscimo no 4º trimestre de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021.

O resultado do investimento líquido em ativos não financeiros, por sua vez, é explicado pelo aumento da aquisição de ativos não financeiros (0,4 p.p. do PIB) e reduções da venda de ativos não financeiros (0,2 p.p. do PIB) e do consumo de capital fixo (0,1 p.p. do PIB). A elevação no investimento líquido foi influenciada pelos investimentos realizados pelos governos estaduais e municipais no último trimestre de 2022.

A decomposição por esfera de governo da necessidade de financiamento de 6,1% do PIB do Governo Geral indica que esse valor deriva da necessidade de financiamento das três esferas de Governo (3,5%, 2,3% e 0,3% do PIB, para Governos Central, Estaduais e Municipais, respectivamente) no último trimestre de 2022.

Tabela 8 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - 4º Trimestre de 2022
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	726.366	50.248	-6.994	769.621	342.590	278.411	-285.189	1.105.433
d/q 1411. Juros	75.066	7.627	-6.994	75.699	5.486	9.463	-21.848	68.800
2M. Despesa (2+31)	831.223	36.518	-6.994	860.748	401.374	286.137	-285.189	1.263.069
2. Gasto	836.325	36.518	-6.994	865.849	382.450	273.263	-285.189	1.236.373
d/q 23. Consumo de capital fixo	11.986	0	0	11.986	14.214	13.781	0	39.981
d/q 24. Juros	203.576	5.661	-6.994	202.243	28.150	2.771	-21.848	211.317
31. Investimento líquido	-5.101	0	0	-5.101	18.924	12.874	0	26.697
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-104.857	13.730	0	-91.127	-58.784	-7.726	0	-157.637
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	23.654	11.763	0	35.417	-36.120	-14.417	0	-15.120
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	8.212	0	0	8.212	32.997	26.288	0	67.497
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-97.972	13.730	0	-84.242	-25.646	18.929	0	-90.959
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-109.958	13.730	0	-96.228	-39.860	5.148	0	-130.940

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo Governo Central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 9 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - 2021/2022
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2021.IV	2022.IV	Diferença	Var. %
1. Receita	1.024.415	1.105.433	81.017	7,91%
d/q 1411. Juros	61.693	68.800	7.107	11,52%
2M. Despesa (2+31)	1.106.321	1.263.069	156.748	14,17%
2. Gasto	1.097.329	1.236.373	139.044	12,67%
d/q 23. Consumo de capital fixo	36.947	39.981	3.034	8,21%
d/q 24. Juros	190.593	211.317	20.724	10,87%
31. Investimento líquido	8.992	26.697	17.704	-
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-81.906	-157.637	-75.731	92,46%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) -(2M-24))	46.994	-15.120	-62.114	-

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

Tabela 10 - Demonstrativo de operações do Governo Geral - 4º Trimestre de 2022
Dados em: % do PIB
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamen- tário	Extraorça- mentário	Coluna de consolidação	Governo Cen- tral consoli- dado				
1. Receita	28,1%	1,9%	-0,3%	29,8%	13,3%	10,8%	-11,0%	42,8%
d/q 1411. Juros	2,9%	0,3%	-0,3%	2,9%	0,2%	0,4%	-0,8%	2,7%
2M. Despesa (2+31)	32,2%	1,4%	-0,3%	33,3%	15,5%	11,1%	-11,0%	48,9%
2. Gasto	32,4%	1,4%	-0,3%	33,5%	14,8%	10,6%	-11,0%	47,8%
d/q 23. Consumo de capital fixo	0,5%	0,0%	0,0%	0,5%	0,6%	0,5%	0,0%	1,5%
d/q 24. Juros	7,9%	0,2%	-0,3%	7,8%	1,1%	0,1%	-0,8%	8,2%
31. Investimento líquido	-0,2%	0,0%	0,0%	-0,2%	0,7%	0,5%	0,0%	1,0%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1- 2M)	-4,1%	0,5%	0,0%	-3,5%	-2,3%	-0,3%	0,0%	-6,1%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	0,9%	0,5%	0,0%	1,4%	-1,4%	-0,6%	0,0%	-0,6%
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fi- xos (FBCF)	0,3%	0,0%	0,0%	0,3%	1,3%	1,0%	0,0%	2,6%
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-3,8%	0,5%	0,0%	-3,3%	-1,0%	0,7%	0,0%	-3,5%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-4,3%	0,5%	0,0%	-3,7%	-1,5%	0,2%	0,0%	-5,1%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo Governo Central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

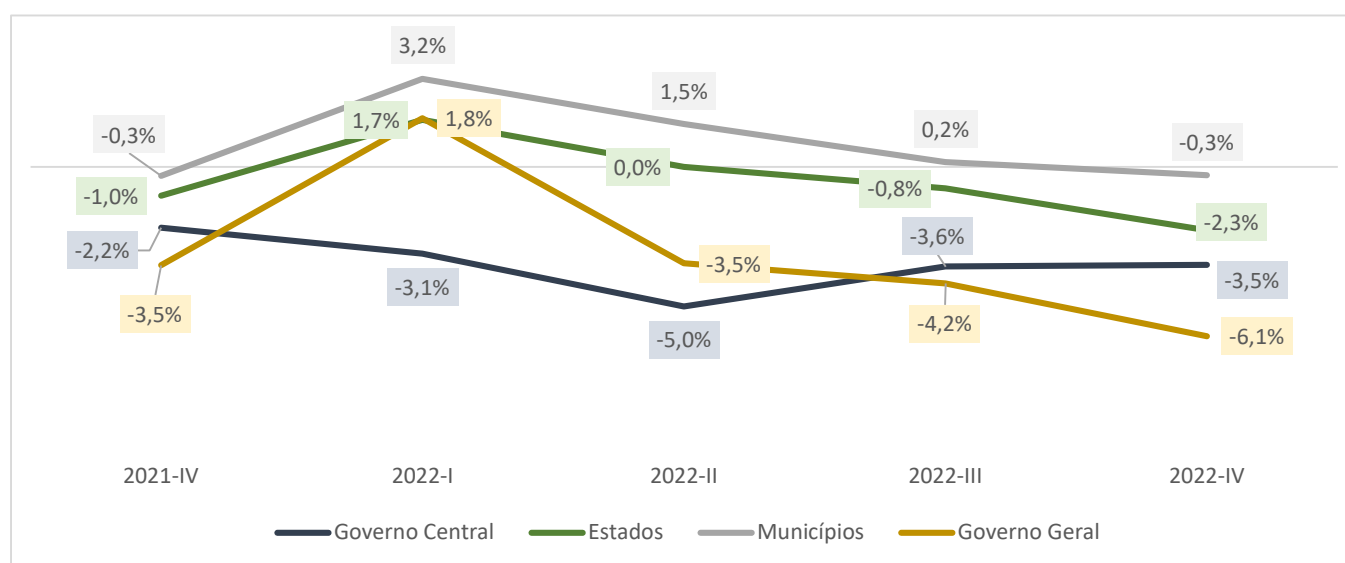
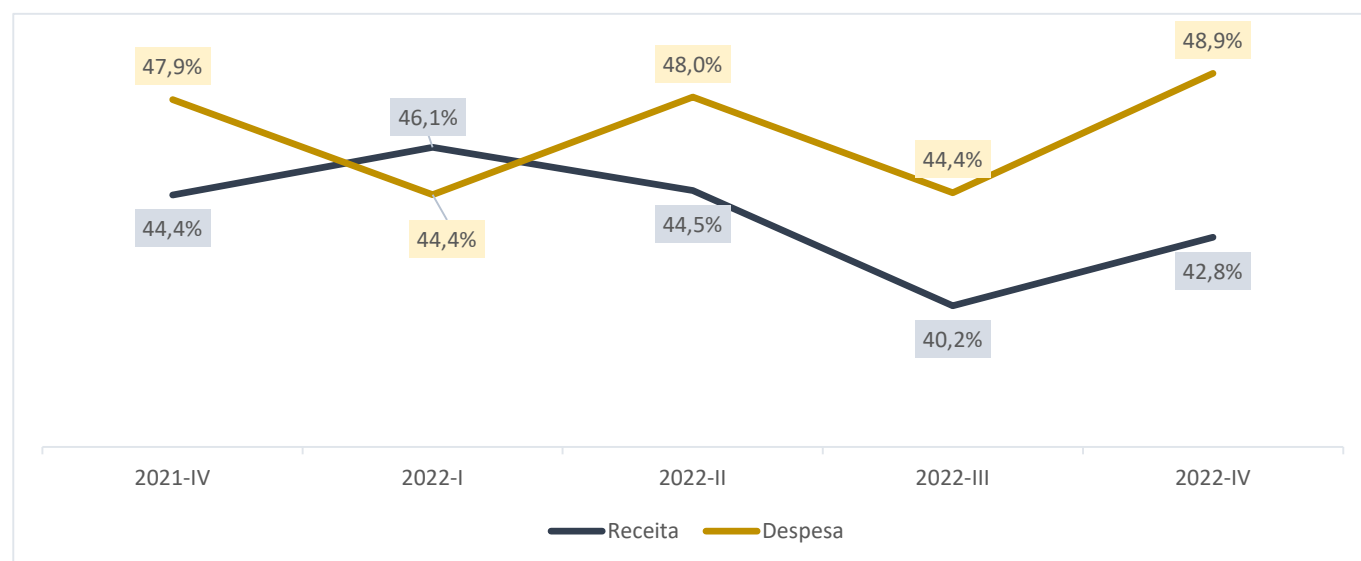
Gráfico 14 - Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - 2021/2022
Dados em: % PIB
Fonte: STN, IBGE e BCB


Gráfico 15 - Receita e despesa do Governo Geral - 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



2.1. Receita do Governo Geral

Tabela 11 - Demonstrativo da receita do Governo Geral - 4º Trimestre de 2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	726.366	50.248	-6.994	769.621	342.590	278.411	-285.189	1.105.433
11. Impostos	387.763	0	0	387.763	187.671	53.282	0	628.716
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	241.928	0	0	241.928	0	0	0	241.928
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	8.985	0	0	8.985	0	0	0	8.985
113. Impostos sobre a propriedade	551	0	0	551	12.524	16.971	0	30.047
114. Impostos sobre bens e serviços	121.163	0	0	121.163	175.147	36.311	0	332.622
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	15.134	0	0	15.134	0	0	0	15.134
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	199.605	41.893	0	241.498	34.869	16.157	0	292.524
13. Transferências / Doações	347	0	0	347	85.984	177.068	-263.341	7
14. Outras receitas	138.652	8.355	-6.994	140.013	34.067	31.904	-21.848	184.185
1411. Juros	75.066	7.627	-6.994	75.699	5.486	9.463	-21.848	68.800
14x. Demais	63.586	727	0	64.314	28.580	22.441	0	115.385

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo Governo Central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Tabela 12 - Demonstrativo da receita do Governo Geral - 2021/2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

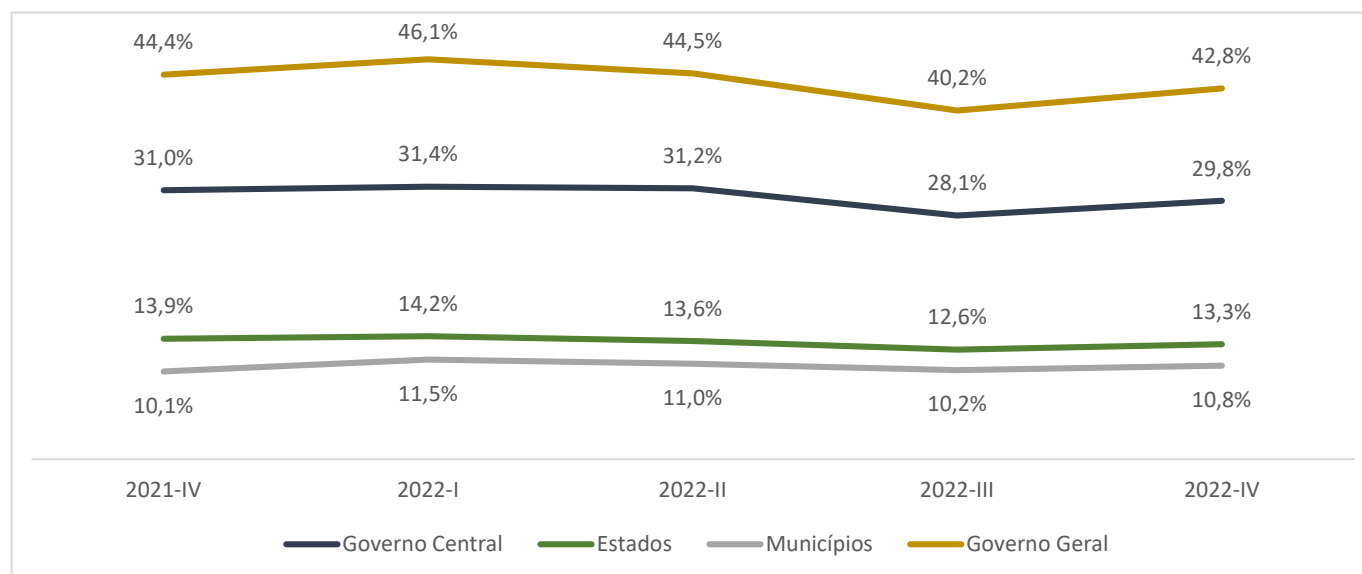
Receita do Governo Geral	2021.IV	2022.IV	Diferença	Var. %
1. Receita	1.024.415	1.105.433	81.017	7,91%
11. Impostos	600.425	628.716	28.291	4,71%
12. Contribuições sociais	266.627	292.524	25.898	9,71%
13. Transferências / Doações	7	7	1	8,27%
14. Outras receitas	157.357	184.185	26.828	17,05%

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

Gráfico 16 - Evolução da receita por esfera de governo - 2021/2022

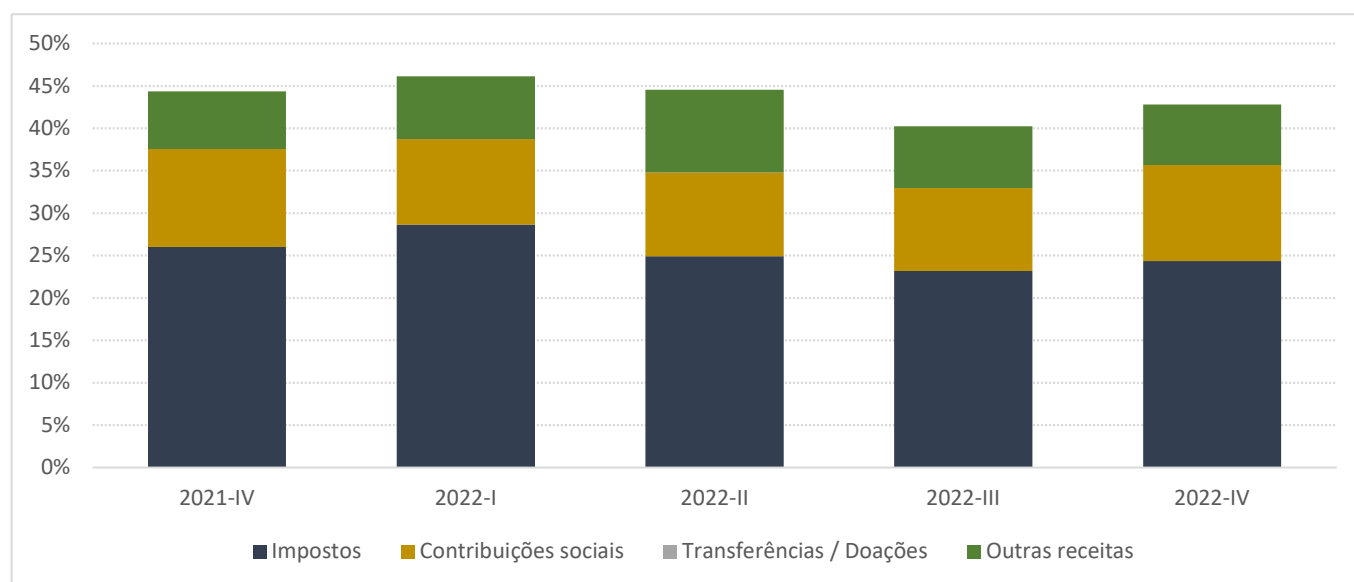
Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB


Gráfico 17 - Composição da receita do Governo Geral - 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



2.2. Despesa do Governo Geral

Tabela 13 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral - 4º Trimestre de 2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central ¹				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orça-mentário	Extraor-çamentário	Coluna de consolidação	Governo Cen-tral consoli-dado				
2M. Despesa (2+31)	831.223	36.518	-6.994	860.748	401.374	286.137	-285.189	1.263.069
2. Gasto	836.325	36.518	-6.994	865.849	382.450	273.263	-285.189	1.236.373
21. Remuneração de empregados	88.074	0	0	88.074	133.518	124.585	0	346.177
22. Uso de bens e serviços	19.513	476	0	19.988	55.168	83.503	0	158.659
23. Consumo de capital fixo	11.986	0	0	11.986	14.214	13.781	0	39.981
24. Juros	203.576	5.661	-6.994	202.243	28.150	2.771	-21.848	211.317
25. Subsídios	3.029	0	0	3.029	657	1.006	0	4.692
26. Transferências / Doações	202.129	0	0	202.129	61.441	1.337	-263.341	1.566
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	297.794	30.382	0	328.176	68.755	22.658	0	419.588
28. Outros gastos	10.223	0	0	10.223	20.547	23.623	0	54.393
31. Investimento líquido³	-5.101	0	0	-5.101	18.924	12.874	0	26.697
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	8.917	0	0	8.917	33.266	26.981	0	69.164
31.2. Venda de ativos não financeiros	2.032	0	0	2.032	128	327	0	2.487
31.3. Consumo de capital fixo	11.986	0	0	11.986	14.214	13.781	0	39.981

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 27.

(1) Composto pelo Governo Central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais. (3) Investimento líquido em ativos não financeiros corresponde a aquisição menos a venda menos o consumo de capital fixo. (31 = 31.1 - 31.2 - 31.3)

Tabela 14 - Demonstrativo da despesa do Governo Geral - 2021/2022

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2021.IV	2022.IV	Diferença	Var. %
2M. Despesa (2+31)	1.106.321	1.263.069	156.748	14,17%
2. Gasto	1.097.329	1.236.373	139.044	12,67%
21. Remuneração de empregados	309.458	346.177	36.719	11,87%
22. Uso de bens e serviços	143.538	158.659	15.121	10,53%
23. Consumo de capital fixo	36.947	39.981	3.034	8,21%
24. Juros	190.593	211.317	20.724	10,87%
25. Subsídios	3.817	4.692	875	22,92%
26. Transferências / Doações	1.553	1.566	13	0,84%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	357.674	419.588	61.914	17,31%
28. Outros gastos	53.749	54.393	644	1,20%
31. Investimento líquido	8.992	26.697	17.704	196,88%
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	52.623	69.164	16.541	31,43%
31.2. Venda de ativos não financeiros	6.684	2.487	-4.197	-62,80%
31.3. Consumo de capital fixo	36.947	39.981	3.034	8,21%

Gráfico 18 - Evolução das despesas por esfera de governo - 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

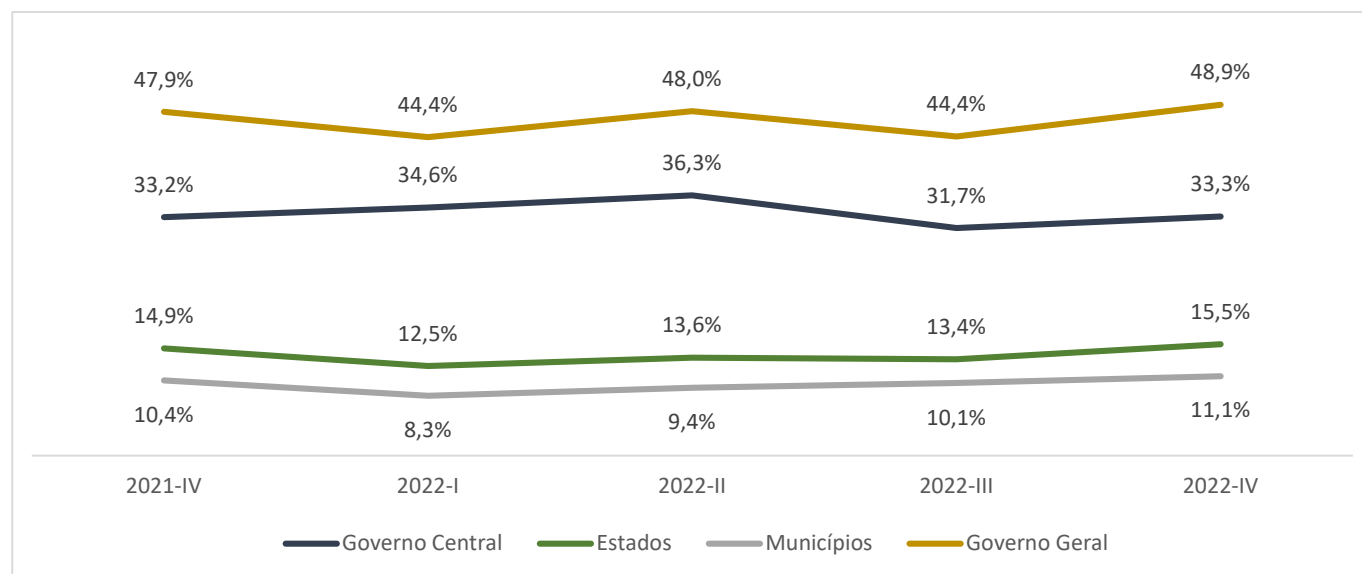


Gráfico 19 - Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

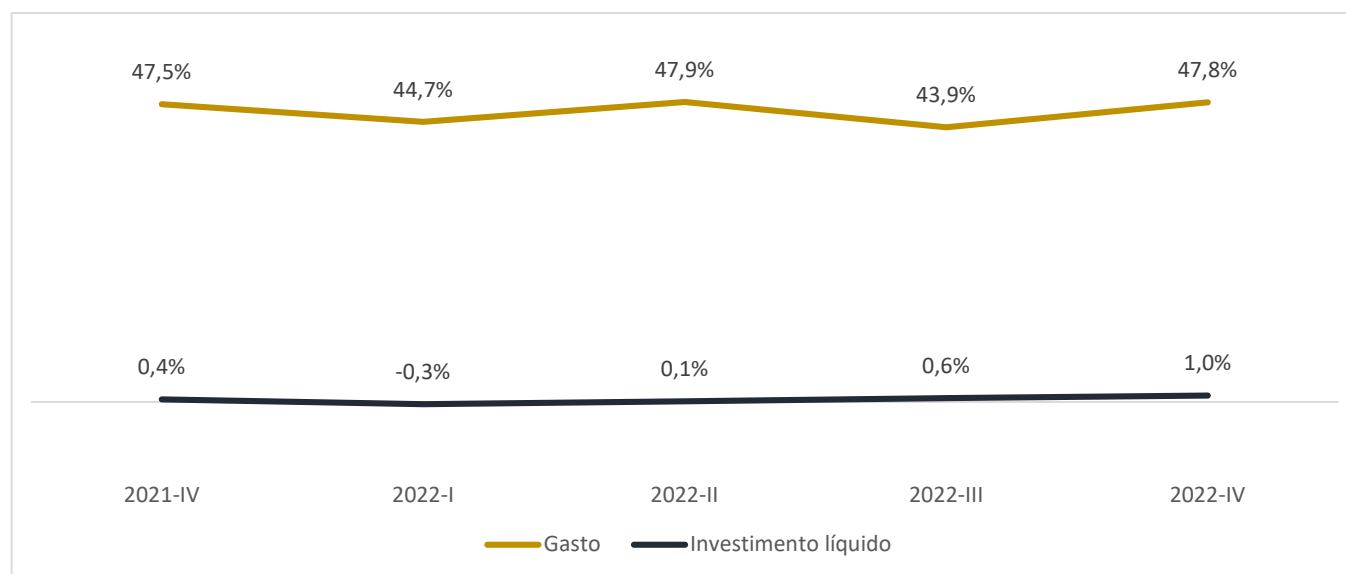


Gráfico 20 - Composição do gasto do Governo Geral - 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

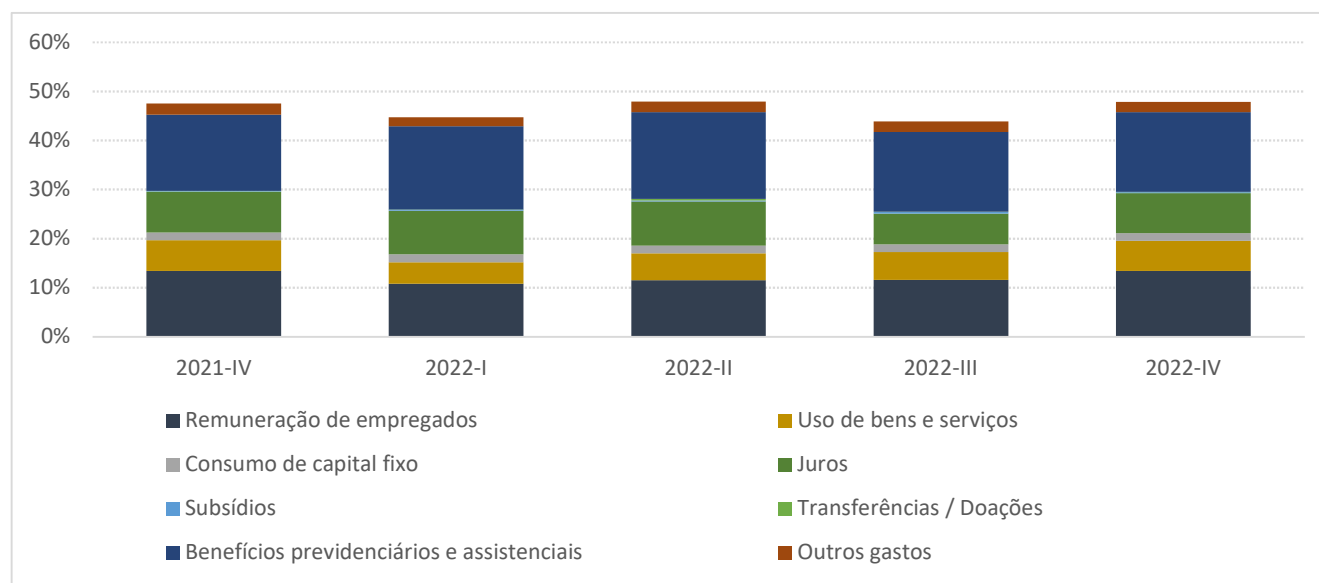


Gráfico 21 - Evolução do investimento líquido por esfera de governo - 2021/2022

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

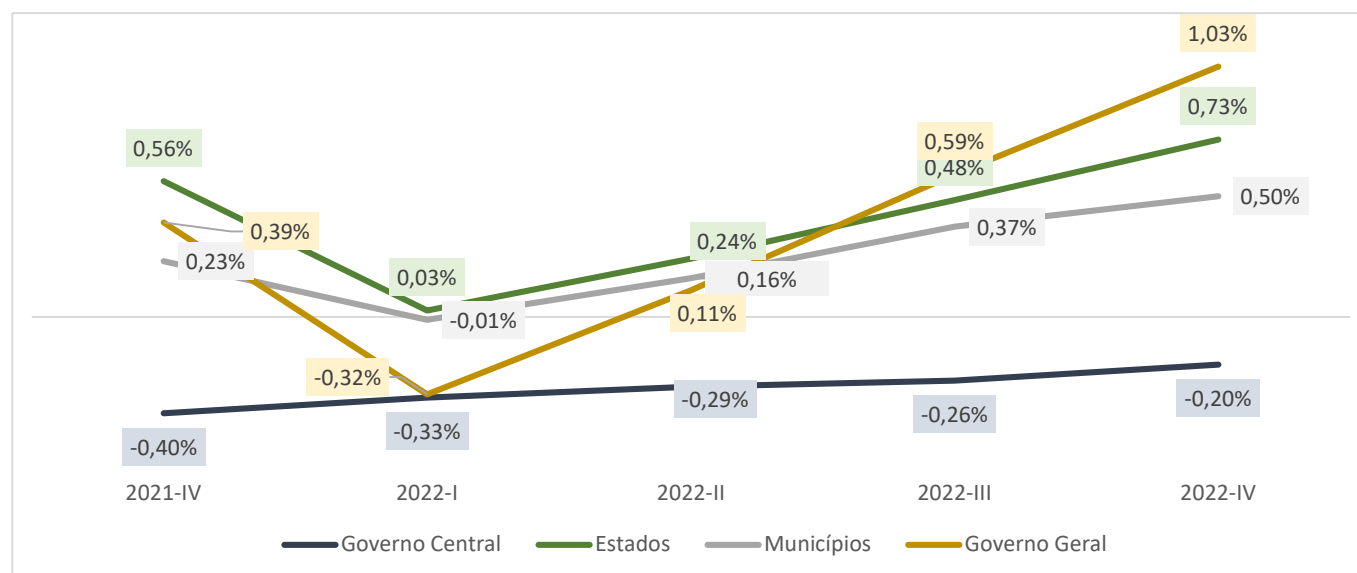
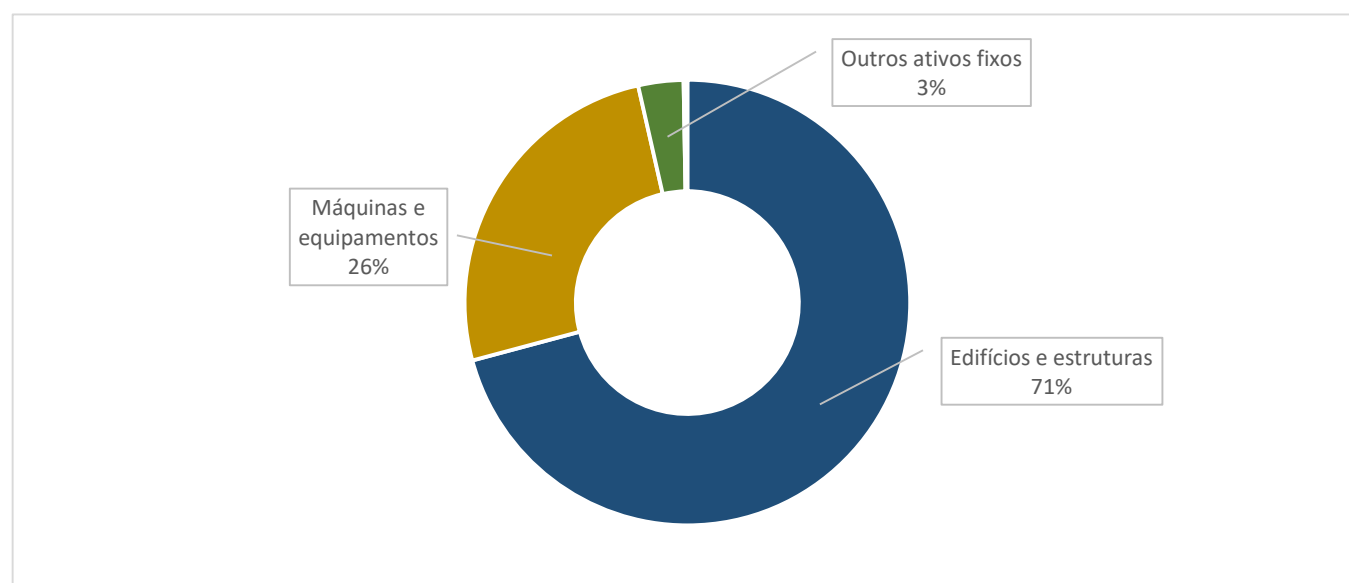


Gráfico 22 - Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF¹) do Governo Geral – 4º trimestre de 2022

Dados em: % Total

Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

3. Notas Metodológicas

Apresentação

Este relatório apresenta as estatísticas de finanças públicas do Governo Geral (Governo Central, Estados e Municípios) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, gastos e investimento líquido em ativos não financeiros.

As Estatísticas de finanças públicas - EFPs são um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do Governo Geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual.

Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional Governo Geral que compreende todas as unidades de governo (Central, Estaduais e Municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo Central

O Governo Central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. Também são considerados dentro do Governo Central os dados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo de natureza privada e gestão pública cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana, cuja principal fonte de receita é a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores; e o Fundo Remanescente do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos subnacionais obedece a mesma composição estabelecida para o Governo Central. Merece destaque a questão de Fundos de Previdência Social que, conforme critério definido para o subsetor Governo Central, também são agregados aos respectivos entes.

Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do Governo Central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Foram incluídos como partes integrantes do Governo Central as contas do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP, cuja base de informação são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Já as fontes primárias para obtenção de dados dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a partir de 2014 são a base de contas anuais e os relatórios bimestrais do FINBRA, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. A partir de 2019 os dados utilizados para os governos estaduais foram extraídos da Matriz de Saldos Contábeis, que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de Fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

A partir de 2022, os dados utilizados para os governos municipais também passaram a ser extraídos da Matriz de Saldos Contábeis. Importante destacar que essa base de dados não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as

apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disto, trata-se de uma base informativa e, portanto, sujeita a várias inconsistências como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por estes motivos, foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como portais de transparência municipais.

A mesma lógica de ajuste acima descrita foi adotada na fonte primária dos dados de estados, apesar de nesse caso em especial não ter sido necessária a imputação dos dados faltantes, uma vez que a base primária dos estados contempla todo o universo de interesse.

Para a construção da base de dados de estados e municípios com periodicidade trimestral foi realizado um acordo de cooperação com o IPEA para o desenvolvimento da metodologia adotada que tem como suas principais características o uso de técnicas estatísticas que: (i) estimam os valores de despesas e receitas da totalidade dos municípios; (ii) transformam os dados anuais em trimestrais; e (iii) estimam os trimestres recentes enquanto os dados anuais ainda não são publicados. Essa metodologia foi aplicada até 2018 para Estados e até 2021 para Municípios, quando passaram a ser utilizados os dados da Matriz de Saldos Contábeis, que possui periodicidade mensal.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação, além dos dados de receitas e despesas de juros das fontes complementares do FGTS e do fundo PIS/PASEP. No que se refere às informações de juros do Governo Central Orçamentário, destaca-se que até 2019 inclui os juros nominais das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais realizadas pelo Banco Central, conforme equalização das perdas/ganhos prevista na Lei nº 11.803/2008. A partir de 2020, conforme Lei 13.820/2019, o resultado dessas operações não afeta os juros nominais do Tesouro Nacional.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do Governo Geral e as contribuições sociais imputadas para o Governo Central foram calculados e fornecidos pelo IBGE e adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes, somado aos restos a pagar não processados liquidados. Cabe destacar ainda que, no início da série histórica, na indisponibilidade desta última informação, às despesas liquidadas dos governos estaduais e municipais foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma proxy do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Operações de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este demonstrativo tem como objetivo medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros. Assim, para que possa ser feita uma análise no nível de cobertura de Governo Geral, deve ser realizada primeiramente a consolidação dos dados de Governo Central, estados e municípios de modo a gerar dados de Governo Geral em bases consistentes e sem duplicidade de valores. Para não incorrer em perda de informações analíticas, o GFSM 2014 recomenda a publicação dos dados das esferas em separado e na forma consolidada.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM 2014, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Um passo anterior à consolidação final diz respeito ao tratamento da discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais. Essa discrepância é ajustada proporcionalmente nos valores de receita de transferências dos governos regionais, de modo a igualar os fluxos de receitas e despesas de transferências. Posteriormente, com o intuito de manter os valores da receita total dos entes, o valor

incluído nas transferências é deduzido de outras receitas. Assim, a premissa adotada foi a de que não deve haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

Indicadores GFS

Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

- a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos gasto. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.
- b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como gasto.
- c) Capacidade / Necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

Demonstrativo de Operações de Caixa

O Demonstrativo de Operações de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor Governo Geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

- a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa do governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário. Embora o Demonstrativo de Operações de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis nas tabelas presentes no portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017 foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do Governo Central. Os valores das despesas do FCDF passaram a ser registrados no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do Governo Central.

Em 2018 foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do Governo Central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o Governo Central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014, parágrafo 5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Anteriormente essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI. A alteração de 2019 mudou o tratamento para toda a série histórica.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

Em 2020, foram realizadas alterações no Demonstrativo de Operações, o qual apresenta detalhes das transações de receita e gasto, bem como o investimento líquido em ativos não financeiros. Na estrutura anterior o conceito de despesa era atribuído ao que, agora, denomina-se gasto. A mudança de nomenclatura foi introduzida a fim de transmitir de maneira mais clara os conceitos do marco metodológico do GFSM 2014. Assim, essa alteração visa evidenciar a diferença entre as transações que resultam em uma diminuição do patrimônio líquido e aquelas que não o modificam, enquanto as transações que não alteram o patrimônio líquido compõem o investimento. As despesas passam, portanto, a serem entendidas como a soma dos gastos e do investimento líquido.

A estrutura do Demonstrativo de Operações também foi reorganizada para evidenciar o principal indicador derivado do marco analítico do MEFP 2014 que é a capacidade / necessidade líquida de financiamento.

Adicionalmente, foi realizado um ajuste na metodologia de consolidação. A discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais passou a ser considerada no total das 3 esferas. A metodologia é explicada no item “3.3.3 Consolidação”. Maiores informações estão disponíveis na Nota Metodológica nº 1 - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral disponível no site do Tesouro Nacional em:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como, por exemplo, as estatísticas fiscais divulgadas no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Este manual tinha como objetivo ajudar os países membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. As estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Uma vez que se baseiam em edições diferentes do manual, existem diferenças conceituais entre as duas publicações.

Da mesma forma, as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o

cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados. Assim, o objetivo principal desta base de dados é fornecer informações que permitam à STN avaliar a sustentabilidade da trajetória do endividamento dos estados.

Fontes externas e publicações relacionadas

Estatísticas Fiscais do Governo Geral:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Manual de Estatísticas Fiscais:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-estatisticas-de-financas-publicas-mefp/2015/30>

Government Finance Statistics Manual 2014:

<http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>